**PENSANDO O SÉCULO XX: A CATÁSTROFE E A NOVA DIMENSÃO DO CONTEMPORÂNEO.**

Bruno Abnner Lourenzatto Silveira

Doutorando em História pelo PPGH/UFG

Professor da SME – Goiânia

Email: bals88@gmail.com

**Introdução**

François Hartog em seu ensaio *Regime de Historicidade* argumenta que o Moderno Regime de Historicidade iniciado em 1789, com a Rev. Francesa, encontrou seu contraponto em 1989 com a queda do muro de Berlim. Tal regime foi marcado pela crença no Progresso e na certeza de um horizonte bem sucedido em relação ao futuro. A ciência histórica neste regime era entendida como um processo cumulativo e o Tempo como um progressivo em busca de uma realização anunciada.

Esse processo cumulativo do progresso que caracterizou o regime de historicidade moderno não foi homogêneo. Ao contrário, encontrou momentos de instabilidade profunda. Diante de situações de choque o modelo de regime baseado na crença progressista encontrou reveses surpreendentes. Partindo do pressuposto de que a marca do progresso convive inevitavelmente com o seu avesso, discutiremos neste texto como fragmentos inconvenientes atravessaram o regime de organização temporal que ancorado em determinados valores encontrou seu limites diante de experiências políticas no séc. XX.

Iremos tratar, nesse sentido, especificamente dos regimes totalitários que marcaram a experiência, como face oposta e semelhante, da política civilizatória ancoradas na legalidade e na legitimidade do Estado Moderno. Para tanto, dialogaremos com as impressões de Hannah Arendt diante das catástrofes vivenciadas durante a segunda-guerra mundial, a saber, os regimes nazistas e sua experiência marcante, a eliminação de grupos opositores e os considerados indignos.

A impressões de Hannah Arendt sobre a política e a vida após as experiências totalitárias é a de que houve uma reversão total das crenças e expectativas que guiavam o Regime ­­– entendido como proporcionador de sentido. Essa impressão pode ser observada em outros autores que localizaram a experiência totalitária como central para compreender o mundo moderno, como foi o caso de Walter Benjamin.

Dessa forma, iniciamos o texto discutindo o conceito de *Regime de historicidade* e logo em seguida posicionaremos o pensamento de Hannah Arendt como uma marca de instabilidade nesse entendimento progressista que regulou um sentido para a histórica. Não trata-se de, por oposição, afirmar que a autora propõe um novo regime de historicidade. Entendemos que esse não é o objetivo central da autora, mas não podemos desconsiderar a tentativa de posicionar a experiência totalitária na compreensão do mundo e como as bases do mesmo foram derretidas nas experiências catastróficas da primeira metade do século XX.

**O regime de historicidade**

O Regime, diferente de outros marcadores temporais, extrapolam a mera convenção temporal neutra. Ele, ao contrário, organiza a experiência temporal qualitativamente e proporciona sentido ao acontecimento, ou a rede de acontecimentos vivenciados ou pesquisados. Isso significa que o Regime organiza nossa percepção temporal, dinamizando os acontecimentos e organizando a relação entre presente, passado e futuro.

Essa maneira de perceber e organizar o passado é portanto temporal. Ou seja, essa ela estruturada de diferentes maneira, dependendo dos princípios fundamentais do Regime que estiver em vigor naquele momento específico. São esses princípios fundamentais que vão direcionar a maneira como percebemos o tempo, balizando as questões que iremos emitir na premissa de compreender o que aconteceu, como aconteceu e como ficarão as coisas depois de determinado evento.

O regime – e seus princípios – conseguem se estruturar na medida em que as sociedades possuem uma relação minimante estável com o tempo e seus acontecimentos. É o que defende Hartog (1996) ao concordar que os regimes podem entrar em crise ou ser frontalmente confrontados na medida em que essa harmonia entre sociedade e o tempo entra em declínio.

O autor propõe que Regime que monopolizou a construção de sentido desde 1789 foi o Regime moderno. O mesmo nasce com a revolução francesa, creditando ao mesmo tempo o pensamento iluminista do século XVIII. Diferente do Regime antigo, este compreende o futuro como o grande guia da humanidade. É no futuro que estaria a respostas para os dilemas e a explicação para como deveríamos compreender o passado. Isso ocorre pela crença no progresso regular a percepção temporal depois das experiência burguesas: revolução francesa, revolução industrial, revolução americana. Hartog cita o exemplo contundente de Toqueville, que para compreender o que estava acontecendo em sua Europa da primeira metade do século XIX, embarca para o futuro: os Estados Unidos da América e sua revolução democrática.

O regime de historicidade moderno, por sua vez, era dimensionado pelo passado. A história teria, em conformidade com Koselleck, um papel de orientadora da vida. O passado iluminaria as ações humanas, sendo fonte de exemplo para o futuro humano. O futuro, dessa forma, não seria limitado ao passado, mas este tomaria aquele sempre como seu fiel da balança.

Para o regime moderno a busca seria sempre o futuro – ou o presente grandioso que explicaria o passado. A ciência histórica, por exemplo, nasceu em um contexto de regime moderno de historicidade e dinamizou seu entendimento sobre a experiência humana tomando o Estado Nacional como ente irradiador de progresso e salvação. E foi a partir dessa situação que o passado pode ser elucidado, ao compreender como foi que o Estado veio a se estruturar. Trata-se da característica teleológica da História como ciência e do regime de historicidade em geral, que entende que o futuro humano caminha para a construção de uma sociedade melhor.

A implicação para a comunidade de historiadores, dessa forma, é e profunda, na medida em que a História não acontece mais *no tempo* e sim *pelo tempo*. Isso significa substituir a história exemplar pela História unívoca. Essa nova maneira de pensar a História tem um compromisso com a síntese que virá do futuro, interpretando e constituindo de sentido um passado e um presente que não importam tanto. A História passou a ser, no Regime de historicidade moderno, um acúmulo de eventos que poderiam ser sintetizados em um único caminho que seguiria rumo ao acúmulo inevitável de progresso. A História seria entendida então como processo.

**Crises do Regime Moderno**

O regime entendido como maneira de organizar o tempo e as experiências humanas nascem na concretude da dinâmica social e política, e não de abstrações. É na dinâmica concreta da vida que o mesmo é forjado. Assim é encontrando ao longo do tempo confrontações. Hartog cita, por exemplo, a longa duração de Braudel e as *Teses de Benjamin* para mostrar como diferentes autores tentaram, em sua limitação autoral, pensar uma dinâmica temporal e de organização da experiência humana, e portanto, confronte ou sobreponha o *regime moderno*. Os dois possuem perspectivas diferentes de perceber e dar sentido para a experiência temporal que experimentaram.

Braudel, representante da escola francesa alinhado com uma dinâmica temporal tributária da tradição moderna, constrói sua escrita entendendo que a experiência local e imediata está inserida em algo maior. O que estava acontecendo com o autor que viveu as duas grandes guerras, uma delas como combatente e prisioneiro, tratava-se de uma poeira em algo maior – segunda sua perspectiva da longa duração.

Walter Benjamin, por outro lado, entendeu o presente como a regra do seu tempo. A catástrofe seria o horizonte de preocupação e era dali que deveria partir a compreensão. Ou seja, não estaria no futuro glorioso por vir uma grande síntese do seu tempo, mas sim nas experiência horríveis que permearam a Europa na primeira metade do século XX.

Essas tentativas de reformulação do regime de historicidade encontram campo em momentos de profunda transformação histórica. Nesse sentido, Hartog coloca que os eventos catastróficos na Europa do Séc. XX desafiaram a maneira moderna de organizar a experiência histórica que mirava um horizonte progressista. Todavia, o cenário de violência e barbárie não diagramaram um novo paradigma de regime, embora reconheça o autor que fora um momento que tencionou sobremaneira o fim último em um lugar encantador.

As experiências que abalaram o que Hartog chama de “relação entre tempo e sociedade” fizeram com que uma impressão nova de temporalidade e de organizar a história surgirem:

Mais construtivas foram as várias tentativas de elaborar um novo conceito de história e definir novas temporalidades, o que fazia melhor justiça aos movimentos reais (i.e mais profundos) das sociedades passadas. Pode-se pensar em muitas obras em diversos campos. Selecionarei apenas algumas poucas. Nesta perspectiva, Walter Benjamin é a figura mais iluminadora. Entre 1920 e sua morte em 1940, ele tinha em mente elaborar um novo conceito de história, que romperia com a crença no progresso e com a idéia de que a humanidade avança em um tempo linear e homogêneo. Über den Begriff der Geschcichte é, como sabemos, o título de sua última obra. Não apenas que o tempo dê lugar à descontinuidade, como também Benjamin questiona a nítida quebra entre passado e presente.

Ele desenvolve uma concepção do tempo que, partindo do presente, traz o passado à atualidade do presente, o guarda, tomando por sua base a noção de Jetztzeit e lidando com o que ele denomina "rememoração" (Eingedenken).[[1]](#footnote-1)

Mesmo que esse momento de descontrole do Regime de historicidade não o tenha degolado completamente, o fato é que as experiências traumáticas do período mostraram que a relação entre sociedade e tempo ficou abalada. Tal pode ser percebido em poesias, músicas, literatura, relatos, na arte e na trajetória intelectual de autores, além de Benjamin, por exemplo Hannah Arendt.

A judia que fez carreira intelectual nos EUA depois de fugir da perseguição nazista dedicou suas reflexões para compreender como foi possível o que aconteceu, no lugar e no tempo em que aconteceu – aparentemente num lugar seguro e próspero, e num período que parecia não ter havido melhor no passado. A autora, portanto, compreende que a experiência histórica dos regimes totalitários reorganizaram a percepção acerca do tempo.

**Hannah Arendt e a questão do totalitarismo**

Arendt, aproveitando o diálogo com Hartog, também foi uma figura iluminadora desse grupo que procurou reinventar o conceito de História e a maneira de compreender as experiências humanas ao longo do tempo, seguindo por assim dizer uma tradição Benjaminiana. Ela o faz na medida em que compreende a experiência totalitária sem precedentes na História do ocidente, e dessa forma defende que seria preciso de uma concepção de História que desalinhasse o regime de historicidade regulado pelo progresso.

A maneira de compreender o regime totalitário, especificamente, deveria romper com a ideia de causalidade. Tal defesa remete ao fato de que este evento, caso fosse enquadrado em uma cadeia de acontecimentos e fosse considerado “inevitável” diante das circunstancias histórias daquele período, perdia-se a chance de perceber as novidades que apareceram.

Depois das duas guerras mundiais e tudo que elas deixaram, a compreensão histórica e a relação com o tempo vai encontrar-se desestruturada. Isso ocorre na medida em que foi desmontado, segundo Hannah Arendt, o que “autoriza antever a futura evolução do que resta do século XX, nem fornece explicações adequadas aos seus horrores”[[2]](#footnote-2). Ou seja, após os regimes totalitários, a autora defende que um futuro salvador – o progresso ou a revolução – não se legitimaram mais como viáveis; bem como o passado – por conta do horror – não parecia fácil de ser compreendido, mesmo que diante de um grande esforço da comunidade intelectual.

Em outras palavras podemos colocar que o Regime moderno foi abalado. Ou seja, a síntese entre passado, presente e futuro proposta pelo regime de historicidade moderno não seguiria mais predominando em um mundo que havia experimentado “duas guerras mundiais em uma geração, separadas por uma série de ininterrupta de guerras locais e revoluções, seguidas de nenhum tratado de paz para os vencidos e de nenhuma trégua para os vencedores”[[3]](#footnote-3).

O perigo do regime moderno, em diálogo com as impressões de Arendt, reside no fato de que a história poderia ser enquadrada em um processo único. Essa dinâmica da História é apontada por Hartog em texto já citado aqui anteriormente. O processo de tornar a História como singularizada, ou seja, como uma única história capaz de ser interpretada e pesquisa por uma comunidade de cientistas, acabou elegendo um Regime que perderia de vista a unicidade dos eventos. Em outros termos, estaríamos diante de um Regime que articula os eventos como um grande e único acontecimento, sempre em conexão um com o outro, sendo passível de ser medido e enquadrado num grande quadro explicativo, a saber, a História.

Esse regime que enfoca o futuro e observa o passado como opaco seria um perigo para aqueles que perceberam na experiência totalitária uma ruptura com os sistema moral e político construído até então. O que aconteceu saltou aos olhos, arrastando junto a capacidade de elucidar o que aconteceu com precisão, bem como tornou impossível imaginar um futuro que viesse a redimir o que havia acontecido.

O Regime moderno, dessa forma, advoga que tudo o que acontece pode ser compreensível, disse Hanna Arendt. E o problema disso estaria no fato de que partir dessa premissa era o mesmo que partir de lugares comuns para compreender o que havia acontecido. Ao enquadrar o regime totalitário como experiência política em premissas já consideradas anteriormente, poderia fazer com que aquela geração ignorasse o fardo de seu tempo:

“A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja.”

Afirmar, nesses termos que “tudo pode ser compreendido” é em nosso entendimento uma ruptura com um Regime que enquadra a História como processo, e ao fazê-lo acaba por ignorar a potencia de alguns eventos. Significa ao mesmo tempo, observar sem a devida atenção. Não pelo fato de não ser marcante ou importante, mas na medida em que é tomado como parte de algo maior, o choque provocado pelo evento é amortecido sem que possamos examiná-lo com a devida propriedade que requer.

É nesse sentido que Hannah Arendt propõe uma nova temporalidade, na esteira de Walter Benjamin. Ou seja, os dois figuram como agentes dessa sensibilidade que descoroou um tempo vazio e homogêneo, o qual acreditava que caminhava para o futuro conduzido pelo progresso.

Em Hannah Arendt, não podemos dizer que há um redirecionamento do paradigma Moderno para o Antigo, aonde o passado passa a ser o exemplo ideal. Ou seja, do mesmo modo que é constatado o perigo de acreditar-se em um futuro redentor, e em um presente homogêneo, no passado não poder-se-ia encontrar a herança capaz de mostrar o que fazer com o que aconteceu, como considera Arendt no prefácio à primeira edição de *Origens do totalitarismo:*

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chama-lo de nossa, herança, deixar de lado o mau e simplesmente considera-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblívio de um futuro melhor são vãs.[[4]](#footnote-4)

Há, nesse sentido, uma evidência da crise na relação entre o tempo e a sociedade para Hannah Arendt, depois dos eventos totalitários. Entretanto, não podemos concordar com uma inferência equivocada, a saber, a impossibilidade de compreender o totalitarismo. Contatamos que apensar da crise e da história subterrânea tenha suplantado a tradição e por isso mesmo não permitir uma compreensão fácil dos eventos em questão, não há uma desistência total de perceber quais as razões colaboraram para a emergência dessa experiência catastrófica.

Ou seja, criticar o enquadramento do totalitarismo dentro de um quadro interpretativo único como advogava os tributários de um Regime moderno de compreensão temporal não significa abrir mão de pensar sobre os elementos que fazem interface com a experiência totalitária. Para Arendt ficou claro tais elementos, os quais ele elenca de modo organizado em sua obra *Origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo.

Ao contrário de um esvaziamento de compreensão histórica da autora, diante da suplantação das categorias convencionais para lidar com este fenômeno histórico absolutamente novo, temos uma tentativa de reinvenção da maneira de articular historicamente o passado. A própria autora admite a importância de observar o passado com um olhar analítico e cuidadoso para compreender as dimensões explicativas adequadas para o fenômeno:

A derrota da Alemanha nazista pôs fim a um capítulo da história. O momento parecia apropriado para olhar os eventos contemporâneos com retrospecção do historiador e com o zelo analítico do cientista político, a primeira oportunidade para tentar narrar e compreender o que havia acontecido – não ainda *sine ira et studio*, e sim com o desgosto e pesar e, portanto, com certa tendência à lamentação, mas já sem a cólera muda e som o horror impotente. Era, pelo menos, o primeiro momento em que se podia elaborar e viver a maior parte da sua vida adulta: *O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?[[5]](#footnote-5)*

Percebe-se, nesse sentido, que a crítica de Arendt há uma atitude que “tudo é passível de compreensão” não é o mesmo que abrir mão de articular o passado de modo racional. Mas é fundamental compreender as razões que motivaram o alerta da autora, a saber, o risco de perder o diálogo com as novidades que o evento totalitário colocou ao mundo político ocidental. Era precisa pensar sobre o que havia acontecido e ao mesmo tempo pensar nas especificidades e novidades que o totalitarismo havia disponibilizado ao tempo contemporâneo.

**Considerações preliminares**

O Regime de historicidade moderno, como definiu Hartog, compreende o tempo como algo vazio e homogêneo. Ele o toma dessa forma para que a História e a síntese entre passado, presente e futuro seja singularizada e tornar-se-ia processual e passível de aferição pelos métodos desenhados por uma comunidade profissional. Ancorado no progresso, o Regime moderno encontrou choques significativos, dado que as duas guerras mundiais e a emergência dos regimes totalitários abalaram a crença no progresso.

Tal perspectiva pode ser percebida em autores como Hannah Arendt. A autora ao defender que a experiência totalitária rompeu com a tradição ocidental dado seu grau de violência e eliminação da pluralidade humana, argumenta que é necessário uma nova dinâmica temporal e de articulação entre passado, presente e futuro. Essa postura diante do regime totalitário é necessária para que não perca-se de vista “o fardo de nosso tempo”, ou em outras palavras, as novidades chocantes que nasceram junto com os campos de concentração e coma organização sistemática de homens e mulheres.

**Referências bibliográficas**

Arendt, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

HARTOG, Françoi. Regime de Historicidade [Time, History and Writiming of History: the order of time. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois\_Hartog\_\_Regime\_de\_Historicidade\_(1).pdf

1. HARTOG, Françoi. Regime de Historicidade [Time, History and Writiming of History: The order of time. p. 08. [↑](#footnote-ref-1)
2. Arendt, 2007, p. 11. [↑](#footnote-ref-2)
3. Ibdem, p. 11. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ibidem, p. 13. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ibdem, p. 341. [↑](#footnote-ref-5)